

# Acerto antecipa as votações

Com 14 medidas provisórias ainda para votar, sendo oito apenas da última sexta-feira, baixadas numa edição extra do **Diário Oficial** da União, os líderes fecharam ontem um acordo para aprovar três e rejeitar cinco das novas, votando normalmente as demais. Pelo acordo, seriam aprovadas as medidas 282, que permite aumentar em até 60 por cento o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para bebidas, a 284, sobre a legislação do Imposto de Renda, e a 286, que dispõe sobre os salários dos servidores públicos civis e militares.

Os líderes decidiram rejeitar as medidas 280 (incentivos fiscais para a capacitação tecnológica da indústria), 281 (subvenção para financiamento da exportação de bens e serviços nacionais), 283 (tratamento tributário para fundos, carteiras de investimentos e sociedades de não-residentes no País), 285 (disciplina a transação nas causas de interesses da União, trata da concessão de medidas liminares

sobre atos do Poder Público e da aceleração das execuções fiscais da Dívida Ativa da União), e 287 (restabelece os incentivos fiscais sobre exportações, IPI, importações, IR, operações de crédito e Finsocial).

As medidas provisórias anteriores ao pacote de sexta-feira, que seriam votadas normalmente, são: a 267, cujo projeto de lei de conversão regula a locação predial urbana; 268, que dispõe sobre funções de confiança; projeto de conversão da MP 276 — institui normas para a defesa da livre concorrência; 277 — prorroga o prazo a que se refere o artigo 1º da Lei 8.056/90; 278 — determina a conversão para cruzeiros de depósitos em cruzados novos de até Cr\$ 5 mil; e 279 — dispõe sobre a alíquota do Finsocial que pode ser considerada inconstitucional.

Com atrasos na sessão do Senado, o Congresso só se reuniu a partir das 3h e os líderes ainda discutiam pontos do acordo.